



LEI Nº 6741, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2022.

Dispõe sobre a proibição da exigência do comprovante de endereço para matrícula do (a) aluno (a) na rede municipal de ensino, bem como a divulgação do endereço do aluno (a) matriculado (a) cuja mãe ou responsável esteja sob qualquer tipo de ameaça, investigação criminal e/ou sob medida protetiva judicial no âmbito do Município de Sumaré e dá outras providências.

Autoria: **Vereador Willian Souza.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibido a exigência do comprovante de endereço para matrícula do (a) aluno (a) na rede municipal de ensino, bem como a divulgação do endereço do aluno (a) matriculado (a) cuja mãe ou responsável esteja sob qualquer tipo de ameaça, vítima em investigação criminal e/ou sob medida protetiva judicial no âmbito do Município de Sumaré, decorrente do risco a integridade física e/ou psicológica.

§ 1º - Para efeitos desta Lei, a mãe ou responsável sob ameaça, investigação criminal e/ou medida protetiva judicial deverá entregar na unidade de ensino municipal em que o (a) filho (a) for ou estiver matriculado (a) declaração simples elaborada de próprio punho com cópia dos documentos que comprove o risco a integridade física e/ou psicológica.

I. Comprovar-se-á o risco a integridade física ou psicológica da pessoa humana os seguintes documentos, alternativamente:

- a. Boletim de ocorrência registrado na polícia civil;
- b. Medida protetiva expedida por ordem judicial e;
- c. Portaria de instauração de inquérito policial de investigação criminal.

§ 2º - Nos casos em que o (a) aluno (a) já estiver matriculado (a), ficará proibido a divulgação do endereço da mãe, do responsável ou do (a) aluno (a), a partir da data em que a unidade de ensino receber o comunicado conforme disposto no §1º, do artigo 1º desta Lei.



LEI Nº 6741/2022

FOLHA Nº 02

§ 3º - Nos casos em que a ameaça, investigação criminal e/ou medida protetiva ocorrer após a matrícula do (a) aluno (a) a mãe ou responsável poderá realizar, a qualquer momento, a solicitação conforme disposto no §1º, do artigo 1º desta Lei.

Art. 2º - Na hipótese de a mãe ou responsável sob ameaça, investigação criminal e/ou medida protetiva judicial ter o endereço pessoal divulgado pela unidade de ensino municipal, ficará o responsável pela unidade de ensino municipal sujeito a sanções civis e disciplinares cabíveis conforme previsto nesta Lei.

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da publicação da mesma.

Município de Sumaré, 16 de fevereiro de 2022.

LUIZ ALFREDO CASTRO RUZZA DALBEN
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada nos termos do artigo 117 e §§ da Lei Orgânica do Município de Sumaré, em 16 de fevereiro de 2022, no Diário Oficial do Município. PMS nº 3576/22.

WELINGTON DOMINGOS PEREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ